

GOMES DA COSTA – O GENERAL DA FLANDRES E DO 28 DE MAIO

Abílio Pires Lousada

A biografia institucional do general Gomes da Costa surge indelevelmente destacada em dois momentos: como comandante da 2.^a Divisão do Corpo de Exército português na Batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918, e enquanto face visível da revolta militar iniciada em Braga, a 28 de Maio de 1926, que substituiu a 1.^a República pela Ditadura Militar. Em ambos os casos, a sua atuação é *sui generis*. Conhecido como o general da Flandres, era coronel graduado em general e, aquando do 9 de Abril, comandava efetivamente a 2.^a Divisão há pouco mais de 48 horas, tendo uma ténue interferência nos acontecimentos do dia. No segundo caso, foi escolhido há última hora para figura de proa da revolta militar, acabando afastado pelos seus pares pouco tempo depois de ter assumido a presidência da República.

Mas a carreira militar do general Manuel de Oliveira Gomes da Costa vai mais longe e a sua folha de serviços impressiona. Desde a Índia e Moçambique, a Angola, São Tomé, Cabo Verde e Macau, fez diversas comissões de serviço antes, durante e depois da 1.^a Guerra Mundial, onde exerceu funções governativas, de comando e de inspecção, participando em diversas campanhas. Foi, provavelmente, o oficial do seu tempo com a mais abrangente e brilhante folha de serviços do Exército Colonial.

Natural de Lisboa, onde nasceu a 14 de janeiro de 1863, era filho de Carlos Gomes da Costa, oficial subalterno, e de Madalena Rosa de Oliveira Costa, um casal modesto de província. Ainda criança esteve com o pai em Timor e em Macau, onde este prestou serviço, e fez o primeiro exame no Seminário de São José. Foi educado no Colégio Militar, em Lisboa, e estudou na Faculdade de Ciências de Lisboa.

Ingressou na Escola do Exército em novembro de 1880, concluindo o curso de Infantaria em 1883, sendo promovido a alferes em 1884, a tenente em 1889 e a capitão em 1893. Durante este período, prestou serviço no Batalhão de Caçadores 2 da Rainha, em diversos regimentos de infantaria e na Guarda Fiscal.

Entre Setembro de 1893 e março de 1896, fez a primeira comissão de serviço ultramarina na Índia, onde foi ajudante do governador e administrador das ilhas de Goa, sendo nomeado para fazer parte da comissão destinada a apresentar o projecto com vista à reorganização da força militar do Estado da Índia. Pelo facto, foi

condecorado com a Medalha Militar de Prata da Classe de Comportamento Exemplar. E foi na Índia que teve o seu batismo de fogo, no comando de uma coluna de operações em Satary, ficando ferido no pé direito no combate de Gutuem contra os Ranes. Pouco depois, comandou uma coluna volante no combate do desfiladeiro de Aubigaute e tomou parte nas operações da província de Embarbacem. O desempenho operacional valeu-lhe a Medalha de Prata Rainha D. Amélia. Foi ainda encarregado de desenvolver um plano para a fundação de um museu arqueológico na região e foi o autor do projeto de regulamento para as cadeias civis. Pintor interessado deu-se ao ali trabalho de restaurar a galeria de retratos dos vice-reis e governadores.

Regressado ao continente, foi no imediato para Moçambique, onde desembarcou a 14 de outubro de 1896, assumindo o cargo de Capitão-mor das Terras da Coroa daquela província. Destacou-se com organizador e disciplinador dos serviços auxiliares de indígenas, segurança em marcha e abertura de itinerários, notabilizando-se ainda por atos de bravura debaixo de fogo nas operações contra os Namarrais, em 1897, e no combate de Macontene, no mesmo ano, sendo louvado pelo Comissário Régio António Ennes e condecorado com a Medalha de Prata da Classe de Valor Militar pelos serviços prestados. Entretanto, assumiu o cargo de governador do Distrito Militar de Gaza. Africanista, reteve também o orgulho de aí ter servido com Mouzinho de Albuquerque, referência maior do heroísmo militar português daquele tempo.

Regressou à metrópole em finais de 1898. Mas por pouco tempo, pois em 2 de junho do ano seguinte estava de novo em Moçambique, ao serviço da Companhia do Niassa. A verdade é que até 1912 Moçambique é o seu «palco» militar» privilegiado, de onde só regressa depois de pacificado o Sul do território e onde se notabiliza como administrador e chefe militar. Nesse período, esteve também na província de Angola (1905-1906), onde foi chefe do Concelho do Humbe e participou em expedições militares contra os cuanhamas, no Sul do território. Para não variar, os seus serviços não passaram despercebidos. Entre louvores, o Ministério da Marinha e Ultramar agraciou-o com a Medalha de Prata da Classe de Serviços Relevantes no Ultramar e foi distinguido como Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis. Por esta altura, o seu prestígio é enorme, conforme o atesta o *Diário Ilustrado*, na edição de 13 de novembro de 1905, precisamente antes da partida para a missão em Angola:

“O nosso retrato de um dos nossos bravos militares que vai uma vez mais entrar em campanha (...). O nome d’este valente oficial liga-se a cada uma das campanhas coloniais em que distintamente tem entrado e onde manifestou sempre qualidades de comando extraordinárias. A sua energia, inteligência e iniciativa e, sobre tudo, a sua inexcedível coragem, são o verdadeiro typo de official colonial”.

Alheado da política, não teve qualquer interferência nos acontecimentos de 5 de Outubro de 1910 que conduziram à implantação da República. Mas não se coibiu de apregoar, bem ao seu estilo, que se fosse ele a comandar as forças militares da Monarquia o resultado teria sido outro que não a vitória dos republicanos. Não obstante, não só não deimitiu, como fizeram alguns camaradas de armas, como continuou a fazer carreira com o novo regime, voluntariando-se para servir em África logo em 1911. Assim, em 1912, ano em que foi promovido a tenente-coronel (era major desde fevereiro de 1908), foi nomeado Chefe de Estado-Maior das forças militares de Angola e, no ano seguinte, seguiu para São Tomé e Príncipe, a inspeccionar os corpos de Polícia, assumindo também o cargo de Chefe de Estado-Maior. Interrompeu a carreira ultramarina em 1914 quando, como coronel, assumiu o comando do Regimento de Infantaria 1 e Infantaria 16, da 1.^a Divisão de Lisboa.

Gomes da Costa permanece sempre pouco tempo na metrópole. A 22 de Setembro de 1915 está de novo em Moçambique, como inspetor das unidades militares sediadas naquela província ultramarina. O contexto é diferente dos anteriores, pois a Grande Guerra tinha deflagrado no ano anterior, África era teatro de operações e palco de disputa entre os beligerantes europeus e Portugal combatia os alemães na zona de demarcação territorial do rio Rovuma, a Norte do território.

Em junho de 1916, está novamente em Lisboa, onde é vogal do júri de exames dos capitães candidatos ao posto de major do Exército Colonial, numa altura em que Portugal, através do empenhamento dos generais Norton de Matos e Fernando Tamagnini, prepara uma força militar expedicionária para combater na Flandres ao lado dos Aliados contra os alemães. Como Gomes da Costa não sabe viver sem o «cheiro a pólvora», vê aí a oportunidade de relançar e diversificar a carreira militar. O bom relacionamento com o ministro da Guerra, general Norton de Matos, a quem reconhece *“a energia formidável dum extraordinário homem de acção”*, ‘abrem-lhe’ as portas da guerra europeia. Consequentemente, a 18 de novembro de 1916 é-lhe

confiado o comando da 1.^a Brigada da Divisão de Instrução do Corpo Expedicionário Português, que apronta com “*zelo, superiores qualidades disciplinares e de patriotismo*”, embarcando para o teatro da Flandres, no Norte de França, a 30 de janeiro de 1917. Inicia então uma contagem de tempo de serviço em campanha que se prolongará até 20 de junho de 1918, sendo abatido ao efetivo do CEP somente a 8 de fevereiro de 1919. Contudo, os 25 anos de permanência e habituação ao calor tropical das terras ultramarinas chocaram com os rigores do inverno flamengo, baixando ao Hospital de Brest, onde esteve internado entre março e abril de 1917, a recuperar de uma pneumonia.

A 21 de abril de 1917, assume o comando da 1.^a Divisão, a 19 de maio foi graduado em general, aquando da visita de Norton de Matos à zona de acantonamento do CEP, e a 10 de julho a Divisão que comanda assume a defesa dos subsectores de Ferme du Bois e Neuve Chapelle, estando subordinada ao XI Corpo de Exército Britânico (general Richard Haking) do I Exército (general Horn). Nos meses seguintes, Gomes da Costa evidencia o seu carisma, dinamismo e coragem, lidando com as necessidades de fortificação e limpeza da sua área de responsabilidade, os patrulhamentos e demonstrações de força perante o inimigo, bem como com os sucessivos bombardeamentos e ataques de infantaria alemães e as consequentes mortes e feridos dos seus homens. A 1.^a Divisão é frequentemente elogiada e louvada pelos seus feitos, especialmente pela hierarquia britânica que lhe votam admiração e respeito; razão pela qual o general Horne o apresentou ao rei Jorge V, que por sua vez o distinguiu com a Knight Commander of St. Michael and St. George (KCMG), em julho de 1917.

Porém, a partir de 5 de novembro de 1917 iniciam-se os contratempos. Nessa data, a 1.^a Divisão deixa de estar subordinada ao XI Corpo de Exército britânico e passa a ficar subordinada ao Corpo de Exército Português (general Fernando Tamagnini), de que também fará parte a 2.^a Divisão (general Simas Machado), a partir de 26 de novembro. Pouco atreito a receber ordens do escalão superior português, a relação com Tamagnini pauta-se por um certo desfasamento dentro do respeito e cordialidade exigida a dois militares de estilo muito diferentes: Gomes da Costa, expansivo e egocêntrico, decide como lhe apraz; Tamagnini, ponderado e reservado, mostra-se contrafeito. Com o general Simas Machado a relação é mais tensa. Se em Gomes da Costa existe uma certa sobranceira, Simas Machado alinha pelo despeto, sentindo-se discriminado relativamente ao que entendia ser a

proeminência da 1.^a Divisão em relação à 2.^a. Mesmo em relação a Tamagnini, Simas Machado tem dificuldade em aceitá-lo como comandante, além de não anuir à ingerência militar britânica no treino e orientações táticas das forças portuguesas. De tal forma que a 10 de outubro chega mesmo a apresentar a sua exoneração ao comandante do CEP. O que significa que a ligação e apoio mútuo entre a 1.^a e a 2.^a Divisão, responsáveis pelos subsectores de Ferme du Bois/Neuve Chapelle e Chapigny/Fauquissart, respetivamente, a partir de finais de novembro de 1917, deixa muito a desejar. A situação agravou-se com as idas e vindas dos três generais a Lisboa: Gomes da Costa entre 21 de dezembro de 1917 e 20 de janeiro de 1918; Tamagnini de 29 de janeiro a 22 de fevereiro desse ano; Simas Machado a partir de 27 de fevereiro, que não regressou ao teatro de operações por ter solicitado a exoneração de funções.

Sem comandante e sem a presença de outros oficiais-generais portugueses na Flandres, a 2.^a Divisão é comandada temporariamente por Gomes da Costa, a partir de 19 de março, que acumula com o comando efetivo da 1.^a Divisão, enquanto Fernando Tamagnini permanece comandante do CEP. O mal-estar entre os dois generais torna-se explícito, pois Gomes da Costa comanda no terreno todas as forças portuguesas e orienta-se hierarquicamente pelos generais ingleses Haking/Horn, em detrimento de Tamagnini, que é formalmente o comandante do CEP e sente um esvaziar de influência. Entretanto, os bombardeamentos, os raids e consequentes retaliações de parte a parte continuavam, agravando o estado anímico e físico de oficiais e, principalmente, das praças, quase inamovíveis do palco da guerra desde que foram projetadas a partir de Portugal. Entretanto, os reforços solicitados a Lisboa não são atendidos, os oficiais que vão de licença não regressam e as unidades e subunidades do CEP padecem de comandantes em permanência e com falta de espírito de missão. Para os britânicos começa a ser evidente a incomportabilidade de permanência do Corpo de Exército português no sector atribuído, equacionando-se a redução da sua frente e a entrega, temporária, da responsabilidade defensiva a uma só Divisão. Evidência que assenta também no próprio Gomes da Costa, com dificuldades em motivar e disciplinar os oficiais e soldados, apaziguar o mau ambiente entre estes e que solicita amiúde homens, equipamento e armamento para reforço do setor de 14 km que lhe estava atribuído. Desalentado, a 1 de abril remeteu um requerimento ao comandante do CEP a pedir a sua exoneração, por não ter sido nomeado general por escolha na vaga que,

entretanto, abriu com a subida ao poder de sidónio Pais – a promoção recaiu em Garcia Rosado.

A 4 de abril, os acontecimentos precipitam-se. A 2.^a Brigada da 1.^a Divisão, de reserva há cerca de um mês, devia entrar em linha, substituindo a 3.^a Brigada, que guarnecia o subsector de Ferme du Bois. Mas os Batalhões de infantaria 7 de Leiria, 23 de Coimbra e 24 de Aveiro recusam-se a avançar, com as insubordinações no seio do 7 de Leiria a atingir o cúmulo do inadmissível. Consequentemente, e mediante acordo governamental anglo-português, a 6 de abril de 1918 a 1.^a Divisão retira para a retaguarda e a 2.^a Divisão, sob comando de Gomes da Costa, é enquadrada no XI CE britânico do general Haking. A partir de então, o CEP deixou de existir enquanto Corpo de Exército e o general Tamagnini ficou sem comando. Com a 2.^a Divisão a guarnecer o setor Ferme du Bois-Neuve Chapelle-Fauquisart (11 km), onde três Brigadas com faltas consideráveis de oficiais, praças, armamento e munições deviam resistir até ao último homem na Linha B, Gomes da Costa percebe que não tem condições para cumprir a missão em caso de um ataque alemão. Disso dá conhecimento à hierarquia britânica, reiterando a informação prestada ao Estado-Maior do CEP a 4 de abril:

“Acatando, como me cumpre, a ordem que recebi, procurarei desempenhar-me da minha missão; mas não posso deixar de desde já declinar toda a responsabilidade que possa resultar de guarnecer uma frente tão extensa com um efectivo tão excessivamente reduzido”.

O general Haking não só atendeu os argumentos e percebeu a perigosidade da situação, como deu instruções, a 8 de abril, para que a Divisão Portuguesa retirasse do sector, de forma faseada, entre os dias 9 e 11, sendo substituída por unidades britânicas. O desenlace é conhecido: os alemães atacaram na madrugada do dia 9 e a 2.^a Divisão entrou em colapso, sem que Gomes da Costa, impotente para comandar as forças, pudesse fazer mais do que tentar impedir uma catástrofe. Sem reservas e incapaz de acompanhar as incidências de combate nas linhas avançadas, não tinha como poder influenciar o rumo da batalha, preocupando-se em fazer para parar a sangria de retiradas sem nexos dos militares que guarneciam as linhas avançadas na frente de combate. Isso mesmo nos dá conta o texto de concessão, do Governo da República Francesa, do Grau de Comendador da Legião de Honra (1920), constante da sua Folha de Matrícula:

“pela coragem, sangue frio, desprezo pela vida e acção disciplinadora que sempre revelou enquanto comandou a divisão em primeira linha, conseguindo com o seu exemplo incutir estas qualidades aos seus subordinados e muito principalmente por ocasião da batalha de 9 de Abril de 1918, em que se conservou no local do comando sem a mais leve sombra de hesitação, procurando em Calonne directamente reunir as praças que se dirigiam desordenadamente para a zona da retaguarda”.

Nos meses seguintes, Gomes da Costa mantém-se em funções, dando seguimento à intenção governamental de garantir presença militar na Flandres enquanto a guerra durasse. Pese embora os acontecimentos e constrangimentos, garante uma auréola de competência e popularidade, tanto na Flandres, junto dos ingleses, como em Lisboa. Atestam-no o comando das forças remanescentes do CEP, a 3 de maio, e depois da 2.^a Divisão, até que o general Garcia Rosado foi empossado comandante do CEP, a 24 de agosto de 1918, que exerceria até abril do ano seguinte. Nesse meio termo, Gomes da Costa foi promovido a general por distinção (8 de maio de 1918):

“Por já ter decorrido um ano que as forças da divisão do seu comando entraram em linha da frente ocidental, tendo comandado a sua divisão durante onze meses consecutivos em frente do inimigo, revelando grande competência, forte acção no comando e outras qualidades de chefe”.

Em Portugal sucedem-se as distinções, nomeadamente Grande Oficial da Ordem Militar de Avis (1919), e posteriormente a Grã-Cruz da mesma Ordem (1921), a atribuição do Colar de Grande Oficial da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1920), *“pelos altos e relevantes serviços prestados à pátria e ao exercício no comando da 1.^a divisão do Corpo Expedicionário Português, que exerceu durante o longo período em que essa divisão permaneceu nas trincheiras e posteriormente na 2.^a Divisão, cujo comando assumiu dias antes da batalha de 9 de Abril”*, e a Cruz de Mérito de Guerra Italiana e a o Grau de Grande Oficial da Coroa de Itália (1921), distinção feita pelo rei de Itália.

Isso significa que o general Gomes da Costa regressou da Flandres com um prestígio ímpar a nível nacional e internacional. Na verdade, à época há dois heróis de guerra, Gomes da Costa no imediato e o soldado Milhões a partir de 1924. E o

general da Flandres não deixa os créditos por mãos alheias. Em 1919, no Porto, e 1920, em Lisboa, publica em livro a sua versão dos acontecimentos sobre o desempenho do CEP na Flandres e os acontecimentos relativos à Batalha de La Lys, onde traça um quadro da ordem de batalha do CEP e da 2.^a Divisão, discorre sobre o ambiente de guerra no seio do contingente militar português, verte taticamente as incidências do 9 de abril e exalta a generosidade do soldado por contraponto ao sofrível espírito de abnegação e de missão do oficial e a demissão de responsabilidades do poder político de Lisboa. É preciso na análise dos feitos que exalta e lacónico ou omissos nas responsabilidades ou erros que podem ser imputadas. Gomes da Costa tem a arte da escrita e a obra que dá a público torna-se não só cartilha incontornável para saber e meditar sobre a participação de Portugal na Grande Guerra, como um elemento de propaganda pessoal que o garante como estandarte da dignidade nacional perdida junto da sociedade.

Cáustico relativamente ao que considerava as culpas políticas sobre o desempenho militar escreveu que:

“A memória dos trabalhos passados pelo CEP nesta guerra, constitua orgulho para a Nacionalidade, e a memória dos Bravos que ficaram sepultados em Terra estranha ao menos sirva para que a Nação se compenetre da necessidade de manter o Exército sempre preparado, convencendo-se que os Exércitos não se improvisam e exigem que durante na Paz se preparem e envolvam nessa atmosfera pura e forte, longe da deletéria política partidária”.

Efetivamente, a guerra arrasou com os alicerces sócio militares da Nação e a política republicana ficou descreditada. Logo em 1918, e antes de rumar a Moçambique, onde esteve de dezembro até agosto do ano seguinte, Gomes da Costa liga-se ao Partido Centrista de Egas Moniz, defensor do sidonismo. Candidato a deputado pelo Partido Reformista, não consegue a eleição e, depois, na ânsia de protagonismo, liga-se à Federação Nacional Republicana, dirigida por Machado Santos. Iniciava-se o frêmito político-revolucionário do General «da Flandres».

Em 1921 foi nomeado comandante da 4.^a Divisão Militar (Évora), acumulando como vogal do Conselho Superior de Promoções. É após a «noite sangrenta» de 19 de outubro 1921, que Gomes da Costa emerge como acérrimo adversário político do *status* republicano materializado no Partido Democrático, quando uma turba de

soldados do Exército e da Guarda Nacional Republicana e marinheiros instaurou o terror em Lisboa, que conduziu a execuções sumárias de figuras gradas do regime republicano, como o chefe do governo, António Granjo, os heróis do 5 de outubro comandantes Machado Santos e Carlos da Maia, o comandante Freitas da Silva, secretário do ministro da Marinha, e o coronel Botelho de Vasconcelos, entre outros. Assim, torna-se um dos principais dirigentes da Cruzada Nun'Álvares, organização de orientação conservadora que muito contribuiria para preparar o ambiente político anti-republicano. As suas declarações públicas contra os sucessivos ministérios da República, particularmente o de António Maria da Silva, valeram-lhe vinte dias de prisão, em 1922. Nesse mesmo ano, possivelmente para que se afastasse das movimentações políticas, mas também como recompensa financeira pelos serviços prestados ao País, foi enviado para Macau como inspetor militar, passando depois para a Índia, onde permaneceu até 1924.

Já no continente, voltou à actividade política, ligando-se ao Partido Radical e a destacadas figuras do Integralismo Lusitano. Passou ao lado da abortada revolta militar de 18 de Abril de 1925, perpetrada pelo coronel Sinel de Cordes e o general Óscar Carmona, ano em que foi derrotado como candidato a deputado pelo Partido Radical, em Novembro.

Foi a instâncias destes que o General Gomes da Costa apareceu, à última hora, a encabeçar a revolta militar de 28 de Maio de 1926. Escolha que recaiu na sua pessoa por confiança política ou pessoa, e mais pelas capacidades de liderança militar e por ser um general de prestígio no País, capaz de aglutinar vontades no meio sócio militar. Na verdade, Gomes da Costa era visto pelos seus pares como inepto politicamente e inconstante pessoalmente, pelo que o poder, uma vez alcançado, lhe seria retirado.

Assim, depois de algumas hesitações, iniciou em Braga, a 28 de Maio de 1926, a operação de rutura da ordem política da República Parlamentar, que o levou triunfante até Lisboa, a 6 de Junho, onde repartiu o poder com o comandante Mendes Cabeçadas. Depois, foi influenciado para forçar o afastamento do oficial de Marinha a 17 de Junho, assumindo o poder total, isto é, a Presidência e a chefia do Governo. Sem se dar conta das forças que sub-repticiamente se movimentavam contra si dentro do Regime, Gomes da Costa foi afastado por Sinel de Cordes, em mais um golpe palaciano, a 9 de Julho, que lhe «acenou» com a honorífica função presidencial. Por recusar, foi preso e enviado para o exílio, nos Açores, a 11 de

Julho. Deste modo, os planos para substituir o parlamentarismo republicano pela Ditadura Militar estavam ultimados, um projecto de poder onde Gomes da Costa, militar populista que a direita e as forças conservadoras necessitaram para encabeçar a revolta, mais não era que um ‘empecilho’.

Em Setembro de 1926 foi-lhe concedido o honorífico bastão de Marechal. Regressou a Lisboa em Novembro de 1927, escrevendo nessa altura a obra «Descobrimientos e conquistas», merecedor de um público louvor. Ainda lhe foi incumbida a missão diplomática de representar em Roma o Estado Português nas cerimónias fúnebres do Marechal Diaz. Em 1928, enquanto o General Óscar Carmona era eleito, sem oposição, Presidente da República, Gomes da Costa foi nomeado representante do Exército português na cerimónia de inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra em Lacouture. Com problemas financeiros e doente, morreu a 17 de dezembro de 1929, não sem antes ter dado à estampa o último dos seus livros – «Descobrimientos e conquistas: Afonso de Albuquerque: 1569-1915».

Gomes da Costa fica para a História como o General da Flandres e o paladino da Ditadura Militar, ele que foi um político ingénuo e um militar africanista de créditos firmados, convicto “*se não obteríamos resultados superiores limitando a nossa acção militar ao Ultramar, batendo os alemães nas duas costas de África, o que era relativamente fácil (...)*”, sendo autor da obra «Portugal na Grande. A Guerra nas Colónias».

Consultas

- ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR, *Processo Individual Manuel d'Oliveira Gomes da Costa*, Caixa 712.
- COSTA, General Gomes da, *A Grande Batalha do C. E. P. (A Batalha do Lys) 9 de Abril de 1918*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1919.
- _____, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys*, Porto, a Renascença Portuguesa, 1920.
- LOUSADA, Abílio et al, *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*, Lisboa, Jornal do Exército, 2011.
- LOUSADA, Abílio Pires, *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal 1820-1974*, Lisboa, Prefácio, 2007.

- TAMAGNINI, General Fernando, *Diário de Campanha*, Organizado por João Vieira Borges, Isabel Pestana Marques e Eurico Gomes Dias, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.